



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Interpeção Escrita

Exorto o Governo a concretizar, quando antes, o desenvolvimento do “quadro da organização curricular” e das “exigências das competências académicas básicas”

A partir deste ano lectivo começaram a ser implementados no ensino infantil os regulamentos administrativos sobre o “Quadro da Organização Curricular” e as “Exigências das Competências Académicas Básicas”. A presente reforma curricular do ensino infantil foca-se mais na aprendizagem da vida quotidiana e nos conhecimentos cognitivos das crianças, tendo em atenção o seu desenvolvimento integral em cinco áreas: “saúde e educação física”, “línguas”, “sociedade e humanidade”, “matemática e ciências” e “artes”. Por outro lado, esta reforma veio definir que o ensino da escrita apenas pode começar a partir do K2, para corrigir o problema de o jardim-de-infância ser igual à escola primária. A nova organização curricular entrou em vigor há dois meses, parece que tudo está já a funcionar normalmente, e a medida até foi aplaudida por Hong Kong, que destacou o carácter prospectivo desta reforma curricular do ensino infantil de Macau. Mas, na realidade, a reforma só agora começou, e as fases que se seguem são cruciais.

Para que a educação e a reforma curricular em Macau possam surtir efeitos de longo prazo, é necessário proceder a uma transformação dos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

valores sociais, através do apoio da população. Apesar de as autoridades terem lançado o projecto-piloto de desenvolvimento curricular, cuja implementação tem vindo a ser estendida até ao ensino secundário, verifica-se, porém, que apenas um número reduzido de escolas está a participar. No caso do ensino infantil, apesar de a escrita ter já deixado de ser ensinada no K1, devido à implementação das exigências das competências académicas básicas, verifica-se, contudo, que o modelo de ensino continua a assentar na organização em disciplinas individuais, que o maior peso da aprendizagem é atribuído à aquisição de conhecimentos, e que os professores assumem o papel fundamental, um fenómeno que se desvia da natureza e do significado do ensino infantil. Por outro lado, nas exigências das competências académicas básicas, definiu-se apenas o limite das competências mínimas exigidas, isto é, não existe uma limitação do máximo. Assim sendo, depois de as crianças terminarem a aprendizagem, segundo as exigências definidas para o K1, pode haver escolas que continuem a dar mais peso ao ensino da escrita e de outras disciplinas nos anos seguintes, K2 e K3, para que os alunos possam articular-se melhor com o ensino primário. Deste modo, as crianças destes anos do ensino infantil continuam a ter grandes dificuldades e a encarar uma forte pressão na aprendizagem.

Para além disso, para que a reforma curricular venha a ser concretizada, é necessária a devida articulação entre os recursos pedagógicos, a formação de docentes e a concepção dos planos pedagógicos. Mas, para já há muitos professores que ainda não participam no referido projecto-piloto, por isso, a metodologia a adoptar para efectuar, de forma ordenada, a formação e



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

orientação dos docentes, no activo e no início de carreira, vai afectar a implementação dos referidos quadro e exigências. A reforma educativa depende da colaboração dos pais, mas agora não há muitos espaços destinados à sua participação, e muitas vezes as mensagens das autoridades são apenas transmitidas unilateralmente, o que acaba por afectar a percepção e o apoio da população em geral no que diz respeito à reforma educativa.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo já definiu um calendário para a entrada em vigor das referidas exigências nos diversos níveis de ensino e publicou já um *draft* das referidas exigências. No entanto, para que as instituições de ensino não superior, que ministram vários níveis de ensino, possam organizar os seus cursos de forma razoável e estruturada, e a população possa ficar a conhecer, com a maior brevidade possível, o conteúdo dos cursos, as autoridades devem concretizar as referidas exigências, lançar as orientações curriculares, enquanto medidas complementares, e devem ainda ajudar a escolas a melhorarem as suas instalações e equipamentos. Quando é que vão fazê-lo?
2. Para que os professores acumulem capacidade suficiente para a implementação dos referidos quadro e exigências, e com vista à concretização e ao sucesso a longo prazo da reforma curricular, o que é que as autoridades vão fazer no âmbito da formação dos docentes no activo e no início de carreira?
3. Quanto à promoção de acções de educação familiar, as autoridades devem assumir a liderança do processo, para que os pais participem na educação



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

dos filhos e fiquem a par das formas de bem educar, bem como apoiem e colaborem no futuro desenvolvimento da reforma curricular. Como é que as autoridades vão fazê-lo?

20 de Novembro de 2015

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Wong Kit Cheng**